

Opinião

opinio@rac.com.br

andré
fernandes

Diversidade familiar repensada

Terminava a última audiência daquele dia, quando um dos advogados mostrou-me um livro intitulado "Direito das Famílias Homossexuais". Disse que, agora, a diversidade familiar é a palavra da vez e, como efeito, a doutrina jurídica finalmente progride e sai do marasmo das obras de que estudam o "direito de família". Respondi: "Progresso? Em direção ao quê?". Não ouvi uma sílaba do lado de lá.

Num contexto de absolutização da experiência subjetiva, cada um resolveu montar seu próprio cardápio à la carte, ao invés de buscar um prato num menu fechado. Quando essa postura invade a órbita do matrimônio, resulta difícil entender essa realidade como uma instituição dotada de uns eixos identitários e orientados rumo a umas metas sociais.

O mantra da diversidade, manejado para equiparar todas as formas de convivência familiar imagináveis, acaba, ao fim, por obscurecer aquilo que a própria etnografia estruturalista já constatou historicamente: a união, mais ou menos durável, socialmente aprovada, de um homem, uma mulher e seus filhos, é um fenômeno universal, presente em todo e qualquer tipo de sociedade.

Mais do que uma resposta "estrutural" que comporte diversas "superestruturas", a família nuclear é uma resposta "antropológica", porque respeita o desenho de nossa ontologia. A família, assim entendida, não foi inventada pela religião, pelo capitalismo opressor ou pela burguesia cúpida, porque é uma instituição natural e isso explica seu caráter perene.

A família nuclear é aquela específica relação social à qual sempre é mais confiada a tarefa – não transferível a outras relações sociais – de personalizar a pessoa, através de específicos processos de socialização. Tais processos são essenciais para a maturação da criança e também do adulto, se e na medida em que "formar uma família" significa orientar sua comunicação à totalidade da pessoa, segundo uma norma de reciprocidade conjugal solidária, plena e estável.

Por isso, dois mitos da dita diversidade familiar precisam ser desfeitos. Em primeiro lugar, é uma ilusão acreditar que o novo ideal do "direito das famílias" assegurará

automaticamente o pluralismo de estilos de vida e de visões sobre a família. Dificilmente poderá haver o dito pluralismo se os defensores da família nuclear são pintados e bordados como "homofóbicos" ou são censurados de expor sua visão sobre a instituição familiar.

Em segundo lugar, é outra ilusão dar por suposto que o propagado ideal do "direito das famílias" é neutro. Quando uma sociedade decide equiparar todas as formas de convivência, ela, implicitamente, toma partido por uma visão de família e, por consequência, essa mesma visão servirá de orientação para os postulados jurídicos e político-sociais. Não existe espaço público neutro: sempre há um arranjo familiar que, por fundadas razões ou não, compete em recursos, tutela e estima social com o restante das alternativas.

A diversidade familiar assume, de fato, foros de maior importância. Em prejuízo, inclusive, das funcionalidades sociais que só a família nuclear pode proporcionar: educação na totalidade da pessoa e recâmbio geracional. Como disse o advogado, é a palavra da vez. Digo mais: é a palavra mágica da vez. O perigo dessas expressões está no fato de que, a força de não se debruçar reflexivamente sobre seu sentido e alcance, consegue-se escapar de todo e qualquer escrutínio.

Passa de boca em boca, sem que se medite sobre o que se fala. A repetição acrílica de palavras mágicas e das ideias a ela associadas termina por cristalizar uma espécie de dogma intocável. Para eliminar o feitiço de uma palavra mágica, nada como oferecer uma boa dose de ironia sócrática ao nosso entusiasmado interlocutor.

Foi o que eu fiz naquele dia. Depois da espiral de silêncio que se seguiu à minha hesitação, afirmei ser a favor da diversidade familiar, porque, afinal, os filhos das famílias homossexuais seriam privados de ter uma mãe e um pai, o que não se dá na família nuclear, que respeita melhor essa diversidade. E arrematei: "Como dizem os franceses, doutor, 'vive la difference!'". Com respeito à divergência, é o que penso.

■ ■ ■ André Gonçalves Fernandes, Ph.D., é juiz de Direito, professor-pesquisador e membro da Academia Campinense de Letras

"Faz dez anos que eu moro aqui, mas nunca entrou água desse jeito"

Marilúcia Alves, moradora do bairro Botafogo em Campinas, sobre a enchente que inundou sua casa.



charge



VERONEZI

MUDANÇA

Aeroporto Viracopos Carlos Gomes

ALCIDES ACOSTA E GIOVANNI GALVÃO

Recente proposta do historiador Jorge Alves de Lima pretende resgatar uma dívida cultural histórica de Campinas: homenagear o campineiro maestro Carlos Gomes, dando seu nome ao Aeroporto de Viracopos. Se aprovada a proposta, estaríamos unindo dois grandes ícones e orgulhos de Campinas: o aeroporto e o maestro.

Como áreas federalizadas que são, apenas o Congresso Nacional pode alterar nomes de aeroportos. Por isso mesmo foram duas leis federais que alteraram a designação de aeroportos paulistas: "Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro" (Lei 10.314 de 28/11/2001) e "Aeroporto de São Paulo/Congonhas - Deputado Freitas Nobre" (Lei 13.450, de 16/6/2017).

É importante observar que a proposta de alteração do nome do chamado Aeroporto Internacional de Viracopos manterá o nome "Viracopos", aliás tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas desde 13/12/2013. É que existe uma inegável identificação da Região Metropolitana de Campinas com o nome "Viracopos", inicial designação do bairro onde hoje está assentado o aeroporto. Trata-se, a designação atual ("Viracopos") de um autêntico "bem cultural" porque relacionado à memória e à identidade da região e da própria Campinas.

Não desnaturar a designação popular tem sido a tendên-

cia. O nome "Congonhas" foi mantido com o de Freitas Nobre, embora poucos saibam que "Congonhas" é também uma homenagem ao político Lucas Antônio Monteiro de Barros, primeiro governante de São Paulo após a independência do Brasil, que detinha o título de "Visconde de Congonhas", referência a Congonhas do Campo, MG, sua origem.

Tramitam ao menos oito projetos de alteração do nome do Aeroporto de Viracopos para "Maestro Carlos Gomes", "Presidente Campos Salles", "Prefeito Magalhães Teixeira", "Governador Orestes Quércia", "Governador Mário Covas", "Luiz Gushiken", "Aviador João Ribeiro de Barros" e "Papa João Paulo II".

A população não suporta mais vincular o nome de políticos a bens públicos de grande importância como um aeroporto. A classe política nunca esteve tão mal colocada na estima popular como atualmente. Os escândalos de desenfreada, exorbitante e generalizada roubo de patrimônio público produziram esse quase

asco popular pelos políticos. Vincular Viracopos a qualquer político é homenagem hoje vista como imerecida.

O ex-governador Mário Covas já tem seu nome dado à principal e mais extensa rodovia do País, a conhecida BR-101 (lei 10.292/2001) em toda a sua extensão que corta o território brasileiro de Norte a Sul. A despeito dos méritos do aviador João Ribeiro de Barros, autor de uma façanha aérea que honrou o Brasil, ele é natural de Jaú, São Paulo, não guardando qualquer vinculação com a região de Campinas.

O campineiro Campos Salles, ex-Presidente da República, é grande nome, mas nome nacional. Aeroporto internacional merece um nome de projeção internacional reconhecível além-fronteiras, como se dá com Carlos Gomes, o maior compositor das Américas.

Ademais, o acervo pessoal e artístico do maestro (documentos, manuscritos, cartas, partituras etc) foi recentemente reconhecido pela Unesco (ONU) como "patrimônio documental da humanidade", o

que comprova a internacionalização de seu nome e um reconhecimento universal ao conhecido e respeitado Carlos Gomes, que até hoje divulga o nome de sua cidade-natal e de seu país nos meios culturais internacionais e para o mundo. Muito mais do que Campinas e a Nação brasileira poderão jamais retribuir.

Além disso, nunca foi suficientemente homenageado por sua cidade e por seu país. Ao menos não de mereceria. Trata-se de um nome que ocupa talvez o lugar mais alto na simbologia daquilo que é considerado sagrado pela comunidade brasileira. Carlos Gomes constitui, até hoje, a única figura iluminada campineira, brasileira e latino-americana, aquinhoadada com a raríssima centelha da criatividade da composição musical da complexidade de uma ópera. E sua genialidade produziu várias!

Por tudo isso a Femecc-Federação Metropolitana Campineira pela Cultura, a Abal-Associação Brasileira Carlos Gomes de Artistas Líricos, o centenário CCLA-Centro de Ciências, Letras e Artes, a Associação Reconhecimento, o Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Campinas, o Rotary Club Carlos Gomes, o Lions Clube, Lojas Maçonicas, bem como diversas academias literárias, de música, de dança, museus e bibliotecas da RMC vêm a público externar seu apoio à iniciativa de alteração do nome do Aeroporto Internacional de Viracopos para "Aeroporto Internacional de Viracopos – Maestro Carlos Gomes".

■ ■ ■ Alcides Acosta é presidente da Abal e do CCLA (ccla@ccla.org.br) e Giovanni Galvão é presidente da Femecc (Femecc-campinas@hotmail.com)



UNICAMP

Risco para hemofílicos

DUILIO LA FORTEZZA

O departamento de Hematologia da Unicamp sempre foi considerado na vanguarda por seus competentes profissionais e relevantes préstimos oferecidos à população. Entre as várias áreas atendidas se sobressai aquela destinada aos hemofílicos e mais especificamente à odontologia destes pacientes. Invariavelmente, quase todos os dias longas filas se criam para

ra pacientes de todas as idades religiosamente atendidos por profissionais de alto gabarito e experiência. O atendimento é excelente e a confiança dos pacientes quanto ao tratamento sempre foi total. Nesse atendimento, vale dizer que não há distinção de camada social, ou seja, todos e sem distinção têm o mesmo tratamento e atenção desses impecáveis médicos e atendentes. Esse ambiente já é mantido assim há muito tempo a contento da população de Campinas e arredores.

Eis senão que, tudo isso acabou... O setor de Odontologia

da área de Hematologia da Unicamp não existe mais!

E qual é a razão? Simples. A médica responsável (de alto gabarito) pela odontologia se aposentou e não há ninguém para continuar o seu trabalho!

Vale lembrar que a hemofilia (Doença de von Willebrand) abrange vários graus de periculosidade na sua característica básica de falta ou falha na cicatrização, ou seja, desde sangramentos espontâneos (grave) até sangramentos rapidamente controlados. Essa doença genética afeta 1 em cada 10.000 habitantes. Na maioria dos ca-

so é necessária a aplicação a esses pacientes de um produto chamado de "fator" que reequilibra a cicatrização desses indivíduos. Este produto é fornecido gratuitamente pelo Estado a todos os hemofílicos. É fundamental que os hemofílicos se resguardem de atividades que possam gerar ferimentos, pois o "fator" citado somente é fornecido em centros especializados de hematologia como o da Unicamp. Para quem estiver muito longe desses centros, o fator de risco de uma séria perda sanguínea é maior, e se não for atendido com urgência, vai a óbito.

Isso dito, vale lembrar também que em qualquer ocorrência, a Unicamp, hoje está preparada para atender os hemofílicos no HC, seja na área de Pronto atendimento como na

área hospitalar. Parece, porém, que o nosso Estado se esqueceu que a área odontológica é tão importante quanto qualquer outra. Nesta data, o serviço de odontologia para os hemofílicos na Unicamp está desativado e sem data para o seu retorno.

O serviço odontológico, nesta data, foi transferido para a área particular (cirurgiões-dentistas) que deverão efetuar os procedimentos dentários (até agora feitos pela Unicamp), sob orientação dos especialistas em hematologia da Unicamp, transferindo para esses dentistas o ônus do risco operacional em caso de eventuais falhas.

Além de todos os riscos citados acima, vale apontar o problema financeiro dos pacientes, que terão que arcar com o

custo dos dentistas particulares! Os indivíduos pertencentes à classe social mais baixa da população serão como sempre os mais sacrificados!

É sabido que o Estado está enxugando os investimentos da educação e saúde em prol de valores estratosféricos para as campanhas eleitorais, para enfim, tentar eleger os mesmos "tumores" no Congresso.

A pergunta que paira no ar: é permitido ao Estado retirar da população de jovens, adultos e idosos hemofílicos, um serviço fundamental (vida ou morte), sem prover antecipadamente um substituto?

Parece que em nossa terra a resposta é sim.

■ ■ ■ Duílio La Fortezza é consultor de Administração Industrial e professor de Idiomas